

# Ameaça externa e o sistema de educação na construção do nacionalismo chinês

*Foreign threat and the education system in the making of chinese nationalism*

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2017v6.n1.p107](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v6.n1.p107)

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira<sup>1</sup>  
Isabela Nogueira<sup>2</sup>

Recebido em: 09/12/2017

Aceito em: 01/03/2018

## RESUMO

A China emergiu no século XXI como uma grande potência econômica e passou a influenciar as agendas de tomada de decisão no cenário internacional. Há inúmeros fatores que dão forma ao processo de promoção da coesão nacional e de projeção de poder, e nesse artigo argumenta-se que o nacionalismo tem tido um papel central na formatação de várias políticas domésticas e externas. Nosso objetivo é compreender o processo de construção e reafirmação do nacionalismo chinês através de uma análise que combine elementos internos e externos. Do ponto de vista interno, analisa-se um dos pilares que constitui a tentativa de construção de um Estado de bem-estar social na China – a educação fundamental pública e universal. Busca-se compreender quais valores regem e norteiam os princípios educacionais do Estado chinês, como eles são difundidos através do sistema educacional e como eles buscam influenciar o modo de os chineses enxergarem as ameaças externas. No caso das relações exteriores, pretende-se analisar a relação bilateral mais importante do ponto de vista da constituição do nacionalismo chinês em função dos seus conflitos históricos, ou seja, a relação entre China e Japão. A pesquisa fez uso de fontes primárias e secundárias e baseia-se em métodos qualitativos de análise.

**Palavras-Chave:** Identidade; Nacionalismo; Educação; Relações Sino-Japonesas.

## ABSTRACT

China emerged in the 21<sup>st</sup> century as a major economic power and began to influence the decision-making agendas in the international arena. There are numerous factors that shape the process of promoting national cohesion and power projection, and in this article it is argued that nationalism has played a central role in shaping domestic and foreign policies. In that sense, our goal is to understand the process of construction and reaffirmation of Chinese nationalism, through an analysis that combines domestic and foreign elements. From the domestic perspective, we analyze one of the main pillars of which is the attempt to build a welfare state in China – a public universal basic education system. Then, our objective is to understand which values guide the educational principles of the Chinese state, as they are disseminated through the educational system and how they seek to influence the way the Chinese see themselves external threats. In the case of foreign relations, we intend to analyze the most

1. Bacharel em Ciência Política pela UNIRIO, mestre em Economia Política Internacional na UFRJ e atualmente Doutoranda em Economia Política Internacional no PEPI da UFRJ. Bolsista CAPES. Orcid: [0000-0003-0330-3368](https://orcid.org/0000-0003-0330-3368)

2. Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI), coordenadora do LabChina (Laboratório de Estudos em Economia Política da China) e pesquisadora do GAMA (Grupo de Análise Marxista Aplicada), todos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (2005-2010). Orcid: [0000-0001-8223-7906](https://orcid.org/0000-0001-8223-7906)

important bilateral relationship for Chinese nationalism constitution – that is the relationship between China and Japan. The research made use of primary and secondary sources and is based on qualitative methods.

**Key-words:** Identity; Nationalism; Education; Sino-Japanese Relations

## Introdução

Durante quase um século, a China vivenciou grandes transformações econômicas, políticas e culturais que afetaram o comportamento do “país do meio” no cenário internacional, promovendo mudanças radicais nas condições de vida da sua população. Desde o final do século XIX, pressões internas e externas fomentaram a expansão de sentimentos nacionalistas e patrióticos com o intuito de estimular a coesão nacional, em grande parte resultado da perda de face chinesa devido ao longo “século de humilhação” que vai da Guerra do Ópio (1839-1842) até a revolução socialista de 1949.

Diante de guerras, revoluções e transformações intensas, o governo chinês, e muito claramente quando liderado pelo Partido Comunista Chinês (PCC) a partir de 1949, fez intenso uso do discurso de reunificação nacional, de reestruturação econômica e política como forma de afastar perigos e ameaças potenciais. Novos elementos foram adicionados à constituição da identidade chinesa, e o nacionalismo foi sendo moldado com intensa influência vinda da política externa e da própria trajetória do desenvolvimento interno.

O principal objetivo deste artigo é compreender a construção da identidade chinesa a partir de duas lentes: uma interna e outra externa. No âmbito interno, elencamos a política de educação para análise em função do seu papel na consolidação de uma identidade nacional, mais especificamente através do estudo das principais políticas educacionais entre 1990-2015. Desde a década de 1990, foram criados materiais educacionais específicos com o intuito de promover um sentimento coeso de “nós” na sociedade chinesa, projetos que continuam sendo norteadores das políticas educacionais no século XXI. Além disso, são notórios os investimentos do governo em educação e a importância desse projeto para o PCC, tendo em vista que, no século XXI, a educação fundamental pública e gratuita se torna a única política efetivamente universal de um suposto estado de bem-estar social chinês<sup>3</sup> (SANDER; SCHMITT; KUHNLE, 2012).

Do ponto de vista das relações externas, analisamos o uso que o governo chinês faz da ameaça ou do potencial de guerra como um instrumento capaz de contribuir para a coesão interna e fomentar o nacionalismo. Tal uso é visível, sobretudo, nas relações entre China e Japão em função do conflito histórico, diplomático e político que se constrói desde o século XV e atinge seu ápice na primeira guerra (1894-1895) e na segunda guerra (1937-1945) sino-japonesa. Estas duas guerras estão entre os episódios mais marcantes do chamado “século da humilhação” chinês. Tal dinâmica conflituosa persiste no século XXI, tanto por conta de tensões territoriais e militares, quanto por dimensões simbólicas, como no caso da ausência de pedido de desculpas do Japão pelos massacres da segunda guerra sino-japonesa.

3. Na China, desde o final da década de 1990, a busca de uma sociedade menos desigual passou a ser a tônica do Partido Comunista, o que foi resumido no slogan do presidente anterior, Hu Jintao, de construção de uma “sociedade harmoniosa”. Atualmente, a proposta do 13o Plano Quinquenal (2016-2020), sob o governo de Xi Jinping, tem como um de seus princípios a busca pelo desenvolvimento inclusivo, com expansão dos serviços sociais e maior igualdade entre áreas urbanas e rurais. Objetiva-se retirar todos os residentes rurais da pobreza, garantir educação pública e de saúde universais, reforma do sistema de previdência e extensão dos serviços sociais urbanos para todos os residentes.

Este artigo está dividido em quatro partes além desta introdução. Na parte um, discutimos conceitualmente a dimensão da identidade e do nacionalismo na literatura para, em seguida, adentrarmos no seu uso e evolução no caso da China. Na parte dois, apresentamos as principais políticas de educação do país, discutindo os principais planos e relatórios sobre o sistema educacional, os principais discursos do governo e acompanhamos os gastos com educação. Dessa maneira, buscamos encontrar traços de como o nacionalismo chinês está ligado aos ideais difundidos pelo sistema educacional. Na parte três, abordamos a temática das relações sino-japonesas e como esta relação conflituosa tem sido instrumentalizada para estimular um sentimento mais coeso de “nós” na China. A última parte sumariza nossas principais conclusões.

Este trabalho fez uso de fontes primárias (planos e relatórios de educação, discursos do governo chinês, livro branco de defesa), fontes secundárias, e base de dados, além de revisão teórica da literatura sobre identidade e nacionalismo, sistema educacional chinês e relações sino-japonesas.

Identidade Nacional, Educação e Ameaça externa:  
um debate em torno da construção do nacionalismo .....

Os debates em torno da formação das identidades nacionais e suas determinações ou relações de precedência em relação à nação e ao Estado têm uma longa trajetória nas ciências sociais (ver Moreno, 2014, para uma competente revisão dessa ampla literatura). Em termos muito gerais, a visão “essencialista” de que haveria um sentimento de nacionalidade ou uma identidade nacional que surge espontaneamente e anterior à nação política vai perdendo espaço para as posições materialistas ou culturalistas que ganharam força a partir da década de 1970 com as obras de Ernest Gellner, Benedict Anderson e Eric Hobsbawm.

O que une esses autores de matrizes teóricas diversas (marxistas e construtivistas) é a ideia de que a homogeneidade cultural da nação e, portanto, a identidade nacional, seriam induzidas politicamente e não nasceriam espontaneamente (MORENO, 2014, p.15). Ainda que haja divergência entre esses autores sobre se esse movimento é essencialmente “de cima para baixo” (como quer Gellner) ou se estamos também tratando de fenômenos duais, que envolvem “aspirações e interesses das pessoas comuns” (HOBSBAWM, 1991, p.20) na formação de uma identidade nacional, todos concordam que o poder político difunde certo padrão cultural e visão da elite por meio de mitos históricos, da educação, do sistema de comunicação, da construção do discurso etc.

Para essa literatura, em geral assume-se que enquanto a identidade individual é formada por um caráter consciente e inconsciente que envolve as próprias vivências e a personalidade interna do sujeito, a identidade nacional advém de um sentimento mais amplo. A identidade nacional é necessariamente uma forma de identidade coletiva, definida e construída por elementos capazes de fortalecer a coesão nacional e por relações externas com outros grupos de pessoas. A complexidade do caráter nacional ocorre pelo fato dele surgir influenciado pelo contexto social, político e econômico, pelos limites territoriais e pela história em comum. Todos

esses elementos constituem a chamada identidade nacional e influenciam constantemente o sentimento de pertencimento a um determinado grupo social ou região geográfica e política (HALL, 1999).

Ou seja, pressupondo que as identidades são imagens construídas, cada nação cria seus modelos, buscando formar coesão cultural, homogeneização das línguas e da memória do passado histórico.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* — um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 1999, p.52).

A visão de Gellner de uma “modernização pelo alto” (MORENO, 2014, p.17) vai ser complexificada pelo trabalho de Benedict Anderson, para quem a nação é “um cruzamento complexo de diferentes forças históricas”, inclusive de sentimentos de vínculo pré-existentes (ANDERSON, 1983, p.30). Anderson sustenta a existência de quatro características de uma nação: imaginada, limitada (composta de fronteiras finitas), soberana (liderada por um Estado soberano) e comunitária (a nação seria concebida por meio de um sentimento de companheirismo). De acordo com o autor, “os membros de uma nação não conhecerão jamais a maioria de seus compatriotas, não os verão, nem os olharão, nem sequer falarão com eles, mas na mente de cada um vive a imagem de sua comunhão” (ANDERSON, 1983, p.11).

Hobsbawm (1990), em “Nações e Nacionalismo de 1780”, defende que a Nação é uma comunidade humana ligada a um território, e que as condições políticas, as transformações sociais e as mudanças no sistema internacional afetam o país e, conseqüentemente, influenciam a forma como o nacionalismo é construído. Dessa maneira, as trajetórias históricas são fundamentais para explicar as diferenças culturais, territoriais e sociais, que implicam na formação de identidades nacionais diferenciadas. Diversos fatores podem ser levantados para se qualificar uma determinada concepção de identidade nacional – seja do ponto de vista da etnia, religião, geografia e raça –, mas nenhum deles conseguiria explicar como acontece, de fato, tal constituição. Afinal, a nação moderna é um resultado histórico, construído ao longo dos anos e definido a partir de influências internas e externas (HOBSBAWAM, 1990).

Dentre os vários fatos históricos importantes, entretanto, alguns têm preponderância na definição da identidade nacional, sobretudo as guerras, vitórias e derrotas. As propagandas de guerra, o sentimento de insegurança, as rivalidades entre potências, a eminência de um conflito, a existência de um passado heroico, de tempos de glória e, sobretudo, o *sufrimento*, são parte do capital social sobre o qual é assentada a ideia nacional.

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que para dizer a verdade não formam mais que uma constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a posse em comum de um rico legado de lembranças; outra é o consentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos. O homem, Senhores, não se improvisa. A nação, como o indivíduo,

é o resultado de um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos (...). Eu disse há pouco: “ter sofrido conjuntamente”; sim, o sofrimento em comum une mais que a ventura. Em matéria de lembranças nacionais, os lutos valem mais que os triunfos, pois eles impõem deveres, eles comandam o esforço em comum (RENAN, 1982, p.18-19).

Em resumo, ainda que a construção do nacionalismo seja um processo histórico, particular a cada sociedade, e que se desenvolve de maneira distinta à medida que se passa de uma sociedade agrária para grandes centros industriais, há elementos conformadores comuns a todos os casos. Por exemplo, políticas públicas implementadas pelo Estado podem modificar as concepções de identidade nacional, e o sentimento de pertencimento aumenta no momento em que a cultura torna-se mais centralizada e padronizada, amalgamando a população de forma mais ou menos uniforme, ainda que não necessariamente de maneira homogênea (GELLNER, 1994, p.79). E nisso a educação pública tem papel fundamental. Da mesma forma, dentre as várias particularidades das trajetórias históricas, as narrativas sobre o sofrimento conjunto emergem como um outro amálgama fundamental na constituição da identidade nacional enquanto categoria socialmente construída.

#### *A Educação na Formação da Identidade Nacional*

A partir do século XIX, os Estados passaram a deter cada vez mais poder sobre os indivíduos através do registro pessoal e do sistema de documentação (HOBBSAWAM, 1990, p.102). Por intermédio de funcionários públicos (policiais, professores etc.), o Estado começou a possuir cada vez mais informações sobre os cidadãos e desenvolveu mecanismos capazes de estimular um sentimento de pertencimento na população.

A escola obrigatória, por exemplo, seria uma forma de defender a imagem e a herança da nação, ligando as pessoas ao país e à bandeira. Além disso, a educação primária seria usada para gerar um sentimento de pertencimento, assim como os meios de comunicação servem para disseminar ideologias do Estado ou de interesses privados. Dessa maneira, a “formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional” (HALL, 1999, p.50).

Esse é o mesmo argumento de Althusser (1985), segundo o qual o sistema educacional é um dos principais aparelhos das classes governantes para inculcar a ideologia da burguesia na classe trabalhadora, sendo um mecanismo funcional para consolidar e perpetuar a divisão do trabalho. Em outros termos, a escola contribuiria para reproduzir a cultura e a estrutura de classe, solidificando as relações de poder em diversas sociedades.

Gellner (1994; 2000) segue o mesmo argumento, sustentando que o sistema ideológico de uma sociedade contribui para a estabilidade do governo, convencendo seus membros de que ele é legítimo. Nesse contexto, a alfabetização seria necessária para tornar um conjunto desorganizado da sociedade em algo coeso, e a escrita seria uma técnica capaz de registrar e recuperar dados, ideais, informações, fórmulas e assim por diante.

A escrita serviria para preservar e legitimar as informações, os princípios, os valores, os rituais e as tradições de determinada sociedade. Além disso, “só o Estado pode controlar a qualidade dessa que é a mais importante de todas as indústrias, ou seja, a produção de seres humanos socialmente aceitáveis e economicamente operacionais” (GELLNER, 2000, p.111).

#### *A ameaça externa na formação da identidade nacional*

Como já dito antes, a identidade nacional é construída em concordância com condições e processos internos e externos a determinado ambiente social, político, cultural e econômico. Pertencer a um país e ser influenciado pelo contexto, pela conjuntura e pelas políticas tem grande influência na constituição e no reforço da identidade nacional. Podemos pensar que quanto mais um indivíduo se sente parte e é penetrado pelas particularidades do país em que vive, mais há uma diferenciação do sujeito nacional em relação aos sujeitos externos (RISE, 2000).

Não há dúvidas de que a ameaça externa pode ser considerada um elemento formador e constituinte dessa identidade nacional. O processo de formação de uma identidade nacional tende a emergir mais facilmente como produto de um elemento defensivo contra a ameaça externa e contra valores e imposições por parte de outras nações (HUSAMETTIN, 2013). A ameaça externa pode aparecer de diversas formas, seja ela econômica, política ou cultural. Ao longo da formação da arquitetura do sistema internacional, a ameaça é um fator importante para o entendimento do comportamento dos Estados e da balança de poder no cenário internacional. O dilema da segurança de Herz (1950), por exemplo, sustenta que na busca dos Estados por autoproteção, eles adquirem mais poder no intuito de espantar o possível impacto de domínio dos outros países no sistema, em consequência, os outros ficam mais inseguros e também acumulam força. Conforme um país se sente ameaçado, ele precisa criar cada vez mais mecanismos capazes de mobilização e articulação da população contra um inimigo ou uma ameaça comum.

No caso chinês, a ameaça das potências estrangeiras está diretamente conectada ao discurso de humilhação evocado pelos líderes ao longo do século XX e XXI. Por esse motivo, o Japão é relembrado tanto nos discursos dos presidentes chineses como nos livros de história como um ator imperialista no sistema, um dos países que corroborou para o “século de humilhação” chinês.

#### Da identidade nacional ao nacionalismo na China: panorama histórico e discursos oficiais .....

Não é fácil falar de nacionalismo na China antes do século XIX, inclusive tendo em vista que ela não existia enquanto Estado-nação na concepção ocidental. Por outro lado, antes da emergência do nacionalismo, havia na China o ideal do culturalismo - valores culturais como propulsores da união do império chinês - que eram estimulados por fatores, como: a história comum, a identidade das pessoas de origem *han* como descendentes do imperador amarelo, o confucionismo, a singularidade

da língua chinesa, a ideia dos chineses como um povo da dinastia dos céus, a filosofia, as artes, a medicina e as invenções (HEBERER; SCHUBERT, 2009, p.135; JACOBS, 2014).

O nacionalismo propriamente só surgiu na China após o choque com as potências estrangeiras e a derrota chinesa pelas tropas britânicas na Guerra do Ópio (1840-1842) e o paulatino início da desintegração do império chinês. É neste momento que a elite política chinesa passa a repensar os conceitos oriundos do culturalismo e a formar uma nova base para a defesa e recuperação da face chinesa (ZHAO, 1998; MEISNER, 2006; ZHAO, 2008; JACOBS, 2014).

Ao longo do século XX, surgiram três perspectivas de nacionalismo e propostas nacionais de desenvolvimento discutidas pelas elites políticas chinesas: nativismo, anti-tradicionalismo e pragmatismo. Cada visão observava quais seriam as fontes de fraqueza nacional e apontariam as melhores formas de revitalizar a China (ZHAO, 2008). O nativismo clamava pelo retorno do confucionismo porque compreendia que “o impacto do imperialismo na autoestima chinesa e a subversão das virtudes chinesas tradicionais eram as raízes de toda a fraqueza da China”<sup>4</sup> (ZHAO 2008, p.8). Dessa forma, busca-se a revitalização e o apreço aos valores tradicionais e culturais da China, tendo o imperialismo como o inimigo a ser combatido.

4. No original: the impact of imperialism on Chinese self-esteem and the subversion of indigenous Chinese virtues are the root of China's weakness

O anti-tradicionalismo, na ponta contrária, apontava que a tradição chinesa e sua reclusão do sistema internacional seriam os motivos da deficiência de poder da China, por esse motivo, para a recuperação da China, eram necessárias mudanças significativas no país. Por fim, o pragmatismo seria uma junção das duas correntes citadas anteriormente, sendo adotado pelo Partido Comunista da China desde Deng Xiaoping, no final dos anos 1970. Pode-se sintetizar a ideia do pragmatismo pela famosa fala de Deng: “não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele capture o rato”.

A perda da hegemonia tradicional da China na Ásia no final do século XIX, devido às pressões imperialistas e à divisão de seu território em áreas de influência de potências europeias, dos EUA e do Japão a partir de 1895, é constantemente lembrada como uma profunda humilhação (*xiurù* 羞辱) pelo governo. Tal apresentação, feita através de discursos nacionalistas e de políticas, visa à difusão de valores tradicionais e reforça o sentimento de aversão às potências estrangeiras (MEISNER, 2006; ZHAO, 2008; GARY, 2012, p.22; JACOBS, 2014).

Como um dos marcos da história do nacionalismo chinês, destaca-se o “Movimento de 4 de Maio”, em 1919, que questionava e protestava contra os termos injustos do Tratado de Versalhes (1919), que transferiu as concessões de Shandong da China para o Japão ao invés de devolver a região à soberania chinesa. Daquele momento em diante, aqueles que queriam governar a China propuseram ou implementaram um programa de salvação nacional, sustentando constantemente o anti-imperialismo e evocando as injustiças sofridas pela China devido aos choques com os estrangeiros. Segundo Zhao (2008), quase todos os líderes políticos poderosos da China desde o início do século XX, de Sun Yat-sen (1912), Chiang Kai-shek (1943-1948) até Mao Tsé-tung (1949-1976), Deng Xiaoping (1978-1992), Jiang Zemin (1993-2002), Hu Jintao (2002-2012) e Xi Jinping (desde 2013) ressaltaram

a amargura da humilhação e determinaram projetos que visavam restaurar a China e o seu lugar de direito no cenário internacional.

É o que fica evidente em discurso proferido por Deng em 30 de abril de 1987 durante uma plenária do PCC. Segundo ele, “por mais de um século depois da Guerra do Ópio, a China foi vítima de humilhação, e a população chinesa era olhada de cima para baixo. Depois de 28 anos de duras lutas sob o comando do Partido Comunista, o povo derrotou os agressores imperialistas e derrubaram o regime de Chiang Kai-shek” (Deng, 1987b, p.151). Outros discursos, ainda no governo de Deng Xiaoping, também retratam e reafirmam a humilhação sofrida pela China durante o período de guerras, onde o país foi “reduzido ao status de uma sociedade semicolonial, semifeudal” (DENG, 1987a, p.132).

Exatamente na mesma linha, vinte anos depois, em um discurso em uma universidade japonesa, Hu Jintao afirmou: “a China vivenciou um caminho difícil e tortuoso na busca pelo desenvolvimento. Em particular, após a Guerra do Ópio em 1840, a China suportou grandes desafios e turbulências por causa da decadência e declínio do feudalismo e da agressão de poderes imperialistas. A população da China lutou corajosamente e sem se curvar para se livrar das amarras da humilhação, pobreza e retrocesso” (HU, 2008).

E especificamente sobre a vitória chinesa contra a agressão japonesa, Xi Jinping foi outra vez enfático no discurso da humilhação: “A vitória dos chineses na guerra da resistência contra a agressão japonesa é a primeira vitória real vencida pela China nos tempos modernos contra agressores externos. Este grande triunfo de eliminar a estratégia dos militares japoneses de colonizar e escravizar a China e deu fim a humilhação nacional da China sofrida sucessivamente devido as derrotas da China pelas mãos de agressores estrangeiros” (XI, 2015).

#### *Sistema educacional e nacionalismo na China (1990-2010)*

No final do século XX e no início do século XXI, estava claro que a China era, ao mesmo tempo, um dos países que reduziu a pobreza com maior rapidez, mas que, ao mesmo tempo, assistiu a um aumento expressivo da disparidade de renda e de acesso a bens públicos. Esse debate se tornou um dos pontos fundamentais da agenda doméstica, e o governo passou a investir e implementar políticas de proteção social com o intuito de aumentar a coesão social. Desde 2006, a educação básica na China – os primeiros nove anos – é efetivamente gratuita e compulsória, tanto para áreas urbanas como rurais, como mostraremos adiante. Desde então, a educação é a principal política social chinesa, sendo a única realmente universal e adotada em todo o território (NOGUEIRA, 2015).

O sistema de educação está ancorado em uma filosofia tradicional, nos clássicos de Confúcio, em ideologias maoístas e na disseminação de valores que servem para criar um sentimento de pertencimento, de “nós”. Apesar das províncias terem alguma liberdade na construção dos materiais didáticos, desde a fundação da RPC, os materiais didáticos e a formulação da política educacional na China é controlada pelo Partido Comunista Chinês (PCC) nos níveis central (diretrizes gerais) e local (im-

plementação).

A política educacional chinesa assumiu o perfil atual a partir dos anos 90, quando o país viveu uma inflexão econômica e uma crise política grave, cuja face mais visível para o leitor ocidental talvez seja o episódio das manifestações (seguidas de massacre) na Praça da Paz Celestial, em 1989. A China enfrentou também uma profunda crise ideológica que alguns autores chamaram da “crise das três crenças”: crise da crença no socialismo, crise da crença do marxismo e crise da confiança no PCC (ZHAO, 1998; GARY, 2012). Nesse sentido, visando uma guinada brutal e a reconstrução do apoio ao Partido, o PCC iniciou na década de 90 uma campanha educacional voltada para estimular valores nacionalistas.

A campanha apelou ao nacionalismo em nome do patriotismo para assegurar a lealdade em uma população que já estava sendo afetada por muitos descontentes domésticos. O núcleo da campanha de educação patriótica foi *guoqing jiaoyu* (educação em condições nacionais), que inequivocamente sustentava que as condições nacionais da China eram únicas e não estavam prontas para adotar a democracia liberal do estilo ocidental. Em vez disso, a atual regra do partido único deveria continuar porque ajudaria a manter a estabilidade política, seria uma condição prévia para o rápido desenvolvimento econômico (MEISSNER, 2006, tradução nossa)<sup>5</sup>.

A campanha patriótica chinesa começou com dois documentos, em 1991: “Aviso sobre a condução da educação do patriotismo e da tradição revolucionária pela exploração extensiva de relíquias culturais” e “Diretrizes gerais sobre o fortalecimento da educação referente à história contemporânea e moderna chinesa e suas condições nacionais”. Estes documentos direcionavam as prerrogativas da campanha educativa patriótica, voltada tanto para o estímulo da cultura tradicional quanto de uma reforma orientada para o mercado. Em ambos os documentos, o PCC não usa o termo “nacionalismo” e sim “patriotismo”, que pode ser traduzido como “amor ao país” (GARY 2012). O governo chinês evidentemente buscava, através do projeto educacional, estimular e contribuir para a manutenção da integridade, unidade e orgulho nacionais.

Nesse sentido, em 1993, a Comissão de Educação do Estado publicou um importante documento, “Programa para a Reforma da Educação Chinesa e Desenvolvimento”, no qual o patriotismo era o guia principal nessa transformação. No mesmo ano, o Departamento de Propaganda Central do PCC, a Comissão da Educação, o Ministério da Cultura e o Ministério de Rádio, Televisão e Filmes decidiram que todas as escolas primárias e secundárias do país participariam de um projeto de educação patriótica que seria, em parte, mobilizado através de filmes e televisão (ZHAO, 1998, p.289-292). Como parte desse esforço conjunto, o Departamento de Propaganda do PCC publicou uma antologia de discursos patrióticos, artigos e exposições de Mao Tsé-tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin.

Ainda nessa linha, um antigo teste de admissão às universidades chinesas que versava sobre o pensamento marxista foi suprimido e substituído por outro modelo de formação ideológica com o programa: “Eu sou Chinês”. Este programa foi lançado nas universidades como uma forma do Partido focar em um novo lema de educação patriótica, no intuito de mobilizar o orgulho de ser chinês nos estudantes. Essa foi também uma forma de amenizar o atrito causado com jovens estudantes que questio-

5. No original “The campaign appealed to nationalism in the name of patriotism to ensure loyalty in a population that was otherwise subject to many domestic discontents. The core of the patriotic education campaign was *guoqing jiaoyu* (education in national conditions), which unambiguously held that China’s national conditions was unique and not ready for adopting Western-style liberal democracy. Instead, the current one-party rule should continue because it would help maintain political stability, a pre-condition for rapid economic development”.

navam o exame em ciência política nas provas das universidades, no qual se cobrava teorias sobre marxismo e o regime comunista (ZHAO, 1998).

Em 1994, o governo lançou diretrizes ainda mais claras para a condução da “educação patriótica”, estipulando como objetivos principais: inflar o espírito nacional, aumentar a coesão, criar senso de orgulho nacional, consolidar e desenvolver uma frente patriótica unida e direcionar a paixão da massa em direção à prosperidade da China.

Anunciado em 1991 e funcionando plenamente a partir de 1994, a Campanha de Educação Patriótica representou uma mobilização em grande escala da máquina de propaganda do PCC em uma tentativa de reajustar fundamentalmente as atitudes políticas da juventude chinesa, tanto para o Ocidente quanto para a liderança do Partido. A educação patriótica tinha como objetivo legitimar a autoridade do PCC na era pós-Tiananmen, de forma a que o Partido pudesse governar com base em uma ideologia não comunista, bem como restaurar o apoio político e a estabilidade social a um sistema que estava, de outra forma, repleto de descontentamentos domésticos (GARY, 2012, p.20, tradução nossa<sup>6</sup>).

6. No original “Announced in 1991 and fully functioning by 1994, the Patriotic Education Campaign represented a full-scale mobilization of the CCP propaganda machine in an attempt to fundamentally readjust the political attitudes of Chinese youth, both towards the West and to Party leadership. Patriotic education was to define the legitimacy of the CCP in the post-Tiananmen era in a way that would allow the Party to rule on the basis of a non-communist ideology, as well as restore political support and social stability to a system that was otherwise brimming with domestic discontent” (GARY, 2012, p.20).

Houve a inserção de novas disciplinas e estudos nas diretrizes de ensino das escolas que foram alteradas com o intuito de ensinar aos jovens sobre o patriotismo: (1) história da China (principalmente a história do PCC), (2) as características e realidades da China e a incompatibilidade com os valores do ocidente, (3) histórias heroicas e lendárias do PCC, (4) principais princípios e políticas do PCC, (5) as grandes conquistas da modernização da China a comando do partido, (6) democracia socialista e a lei em contraste com o ocidente, (7) segurança nacional e defesa, (8) a reunificação pacífica da Nação e a teoria de “um país, dois sistemas”.

Disciplinas como “O Estado e a Nação”, “Cultura Tradicional Chinesa”, “História da Arte Chinesa” e outras foram incluídas no currículo das escolas com o objetivo de reiterar valores de identidade nacional. Assim como nas escolas, os cadetes da academia militar também eram mobilizados para discutir e participar da campanha de educação através de aulas e cursos. Nesse sentido, com o objetivo de criar uma atmosfera social favorável, lugares turísticos, museus, memoriais, sítios históricos, e relíquias culturais passaram receber mais investimento e se tornaram pontos especiais de identidade nacional (ZHAO, 1998; GARY, 2012, p.29).

7. No original: Many historic sites were designated as patriotic education bases for the Chinese people, such as those in Northeast China, which experienced the atrocities of Japanese aggressors during the war.(...) The history of the Japanese invasion in northeast China dates back to the Sino-Japanese War of 1894 and 1895 and the Russo-Japanese war, when Japanese troops occupied the East Liaoning Peninsula, Lushun Port (Port Arthur) and the Manchurian Railway. (...) There are more than 30 sites marking the Japanese invasion in northeast China, according to the Cultural Relics Administration Departments. (...) From 1992 to 1996, more than ten million Chinese yuan were put into the protection of the sites, and a number of museums were restored or set up. The museum of the criminal testimony of army unit 731 in Harbin, capital of Heilongjiang province received more than three million people a year.

Muitos locais históricos foram designados como bases da educação patriótica para o povo chinês, principalmente para aqueles no Nordeste da China que experimentaram as atrocidades dos agressores japoneses durante a guerra. (...) A história da invasão japonesa no nordeste da China remonta a Guerra Sino-Japonesa de 1894 e 1895 e a guerra Russo-Japonesa, quando as tropas japonesas ocuparam a Península do Liaoning Oriental, o Porto de Lushun (Port Arthur) e a Ferrovia da Manchúria. (...) De acordo com os departamentos de Administração de Relíquias Culturais existem mais de 30 sítios que marcam a invasão japonesa no nordeste da China (...) De 1992 a 1996, mais de dez milhões de yuan chineses foram designados para a proteção destes locais históricos e vários museus foram restaurados ou construídos. O museu do testemunho criminal da unidade militar 731 em Harbin, capital da província de Heilongjiang, recebe mais de três milhões de pessoas por ano (ZHAO, 1998, p.296, tradução nossa<sup>7</sup>).

Outra ênfase da campanha educacional patriótica foi na integridade nacional e territorial, geralmente instigando o ressentimento contra as pressões externas. Zhao (1998) afirma que qualquer condenação contra algum caso que verse sobre a China em âmbito internacional transforme-se em algo a ser explorado para inflar e fazer parte da educação patriótica. A educação patriótica serviu para estabelecer o sentimento naciona-

lista através do “trauma” – a humilhação promovida pelo estrangeiro – e da “glória” – a vitória do PCC ao derrotar os imperialistas (ZHAO, 1998; GARY, 2012; WU, 2012). Apesar de essas políticas educacionais terem sido implementadas entre 1991 e 1996, as matérias que dominam os currículos das escolas chinesas ainda estão de acordo com a “campanha de educação patriótica” no século XXI.

#### O sistema educacional no século XXI

Desde 2003, sob a presidência de Hu Jintao, o *slogan* do novo governo de “construção de uma sociedade harmônica” concedeu prioridade à igualdade educacional, incentivando e direcionando maiores gastos com a educação na China. Enquanto no começo dos anos 1990 os gastos com educação correspondiam a 2% do PIB, em 2014 eles chegavam a 4,27% do PIB (GAO et al., 2014; CHINESE STATISTICAL YEARBOOK, 2014).

No início do século XXI, a China realizou uma reforma curricular baseada no “Compêndio dos Padrões curriculares da Educação Compulsória”, divulgado pelo Ministério da Educação em 2001, e com base no documento promoveu a descentralização educacional. As diretrizes eram semelhantes aos pontos iniciais da educação patriótica, mas enfatizavam a necessidade de compreender as condições nacionais chinesas, a história, a cultura e a diversidade da história humana (WU, 2012). O documento tinha como principal objetivo disciplinar através do ensino de valores “corretos”, direcionados para o estímulo das tradições chinesas com matérias como “Ética e Sociedade” e de valores nacionalistas e patrióticos.

Apesar de vinte anos terem se passado desde o início da campanha educacional, os preceitos e valores dos documentos dos anos 90 ainda são os norteadores do sistema chinês. Há uma continuidade do projeto que visa ensinar tanto a tradição chinesa quanto as conquistas históricas modernas, os heróis revolucionários e a resistência contra a opressão estrangeira. Esta construção educacional perpetuada ao longo do século XXI nos ajuda a entender a ênfase do Estado no fomento do nacionalismo e do patriotismo chinês.

Benjamin Jacobs (2014), buscando compreender o parâmetro de humilhação na narrativa chinesa e como o Ocidente é retratado nos livros escolares chineses, apresenta análises sobre livros de história publicados no século XXI. O autor analisa três livros: “Livro Educacional da Escola Integral de Ensino Médio Comum da Imprensa Renmin Jiaoyu (Necessário): História Moderna Chinesa (RJP)”, publicado em 2002, “Livro Educacional Experimental do Currículo Padrão da Imprensa Renmin da Escola do Ensino Médio Comum: História, Necessário (RMP),” publicado em 2004, e “História para o Ensino Médio, da Imprensa Huadong Shifan Daxue de Shanghai: Terceiro Ano do Ensino Médio, Edição Experimental (HSFD)”, publicado em 2010.

Segundo o autor, o RJP é um livro com uma linguagem que sugere alguma aversão ao ocidente, além de enfatizar a necessidade de apoio ao Partido no âmbito econômico e político. O RMP trata da temática externa de maneira mais branda e, inclusive, se propõe a dar mais ênfase ao papel do PCC no século XX e nas conquistas futuras. O último livro abrange tan-

to questões referentes à história nacional quanto à história internacional, e apresenta o crescente papel do PCC e da China no cenário internacional. O HSFD foi lançado após a descentralização educacional na China e, por esse motivo, o material tem um enfoque voltado para acontecimentos na cidade de Shanghai. Apesar de ser regional, não perdeu nenhum aspecto relevante considerado de uma dimensão patriótica nacional.

Nos três livros analisados, é ampla a relevância dada aos ideais e às conquistas do Partido, além da apresentação da influência das potências estrangeiras na China ser feita de forma profundamente negativa, sobretudo o que se refere aos “cem anos de humilhação nacional” (Li, 2009), enfatizando os sofrimentos trazidos pela superioridade da força imperialista das potências europeias e do Japão (YUAN, 2006; WU, 2012; CUI, 2012).

Em 2010, o governo chinês, sob o comando de Hu Jintao, lançou o documento “Diretrizes do Plano Nacional da China para Reforma e Desenvolvimento da Educação de Médio e Longo Prazo”, demonstrando a preocupação do governo em fazer todos os esforços possíveis para diminuir as disparidades entre as províncias e tentar uniformizar a educação em toda a China até 2020. O projeto tem cinco princípios: 1) prioridade estratégica da educação para promover o desenvolvimento da nação, 2) cultivar e promover o desenvolvimento de cada indivíduo, 3) reforma e inovação como os pilares do desenvolvimento, 4) o acesso à educação de forma igualitária, 5) necessidade de melhorar a qualidade da educação através de treinamentos para professores e aumento de investimentos na escola (CER, 2010).

Ampla divulgação deve ser feita para as políticas de Educação do Partido, importância de dar prioridade ao desenvolvimento da educação e a significância para tornar a China em um país rico em recursos humanos, assim como a relevância deste documento e seus principais conteúdos (...) todos os membros do Partido e os círculos sociais serão convidados a se preocuparem mais e a apoiar reformas e desenvolvimento na educação. Também é necessário criar um ambiente social favorável e uma opinião pública favorável para a implementação das diretrizes deste documento (CER 2010, p.51)<sup>8</sup>.

8. No original “Wide publicity shall be given for the Party policies on Education, importance to give priority to education development and significance to turn China into a country rich in human resources, as well as significance of this Outline and its main contents. (...) all the Party members and social circles shall be called upon to be more concerned with and supportive of education reform and development. It is also necessary to create a favorable social environment and favorable public opinion for the implementation of this Outline”. No original “Wide publicity shall be given for the Party policies on Education, importance to give priority to education development and significance to turn China into a country rich in human resources, as well as significance of this Outline and its main contents. (...) all the Party members and social circles shall be called upon to be more concerned with and supportive of education reform and development. It is also necessary to create a favorable social environment and favorable public opinion for the implementation of this Outline”.

Outro ponto importante é que a educação patriótica propõe a existência de 100 bases nacionais de demonstração e visitação, que correspondem: 40 para memoriais de conflitos contra potências estrangeiras, 24 para relembrar a Guerra Civil Chinesa, 21 comemorando as conquistas da civilização chinesa, e 15 evocando as figuras heroicas (incluindo líderes do PCC, patriotas, heróis lendários e trabalhadores modelos). Tal preservação histórica centrada no turismo revolucionário e na promoção do patriotismo refere-se sempre diretamente à humilhação chinesa sofrida pelas potências estrangeiras ocidentais e, principalmente, por conta do Japão.

#### *O lugar do Japão na construção do nacionalismo chinês*

Se o sistema educacional tem sido instrumentalizado de forma a estimular o nacionalismo e a coesão da identidade nacional chinesa, a ameaça externa, na forma dos conflitos com Japão, é também um dos principais elementos externos utilizados pelo governo para fomentar a união nacional. A decisão de analisar especificamente os conflitos com o Japão deve-se a quatro fatores: 1) há conflitos e tensões políticas entre as duas nações desde

o século XV, quando o Japão rompeu com o sistema tributário sinocêntrico, 2) a participação do Japão no “século de humilhação” chinês, 3) o reavivamento de disputas territoriais e políticas no século XXI e, 4) ao protagonismo dado ao imperialismo japonês nos livros de história chinesa.

#### Humilhação, ameaça externa japonesa e os livros de história .....

O discurso de uma constante ameaça externa pode ser mobilizado com vários propósitos por um governo, servindo, por exemplo, para denegrir a imagem de inimigos ou ameaças externas/estrangeiras, ou até mesmo para legitimar determinada política ou regime adotado no âmbito doméstico. De acordo com Yuan, existem duas formas de inflar o nacionalismo: a primeira é fomentando elementos subjetivos propriamente nacionais, ou as paixões nacionalistas, algo feito pelo governo através do estímulo de artes tradicionais e culturais milenares da China; a segunda, por sua vez, é demonstrar como o “outro” é um inimigo em potencial de tal forma que, independentemente do acontecimento, caso exista “um conflito entre a China e os outros, então a China deve estar certa” (YUAN, 2006). Nesse sentido, uma forma de patriotismo seria se opor aos outros poderes e aos estrangeiros.

O discurso de humilhação da China é lembrado como um episódio de recuperação histórica e salvação nacional e não como uma mera vitimização de atrocidades sofridas no passado. Para tanto, esse discurso assume muitas formas: histórias públicas, livros, museus, movimentos de massa, romances, canções populares, poemas em prosa, filmes e feriados nacionais. De acordo com Callahan (2004), há ao menos dez acontecimentos reiteradamente retratados nos livros de história chineses que reforçam o discurso da humilhação nacional: 1) Primeira Guerra do Ópio (1839–1842), 2) Segunda Guerra do Ópio (1856–1860), 3) tropas francesas e britânicas queimando o Jardim do Palácio Yuanming (1860), 4) Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894), 5) o massacre de Hailanpao e os 64 vilarejos de Jiangdong (1900), 6) Rebelião dos Boxers/ Guerra dos Boxers (1899–1901), 7) Guerra Russo-Japonesa (1905), 8) humilhação de missionários europeus adentrando em território chinês, 9) invasão japonesa da Manchúria (1931) e 10) Massacre de Nanjing (1937). De todos os episódios supracitados, é importante destacar o Massacre de Nanjing, também conhecido como “Estupro de Nanquim”, possivelmente o fato mais marcante da humilhação chinesa. O exército imperial japonês cometeu graves crimes de guerra durante esse episódio em meio à Segunda Guerra Mundial: organizou campos de trabalho forçado, aprisionou e violentou mulheres em massa, e promoveu experimentos em cidadãos chineses.

A história de desavenças entre a China e o Japão remonta ao século XV, quando o arquipélago é o primeiro a romper com a dominação e influência do sistema tributário sinocêntrico. No mesmo século, ocorreram invasões nipônicas na região da Coreia, mas foi a partir do século XIX, com a restauração Meiji no Japão e com as derrotas da China pelas Guerras do Ópio, que as relações ficaram estremecidas e se tornaram cada vez mais conflituosas diante da expansão imperialista japonesa na busca por territórios chineses.

Nos livros de história da China, o Japão é retratado como um inimigo que deve ser sempre lembrado. As guerras entre as duas nações recebem destaque, demonstrando tanto a humilhação como a superação dos chineses no século XIX e XX. O livro RJP, por exemplo, destaca e descreve as atrocidades cometidas pelo Japão durante as guerras e como o PCC foi vitorioso na Segunda Guerra Sino-Japonesa (WU, 2012). Nas palavras de Li, “como os horrores da invasão japonesa eram dolorosamente claros, a ênfase dada à história de guerra fez com que o Japão ganhasse o papel de ‘inimigo nacional’ da China”. Como resultado, a campanha patriótica obteve sucesso, estimulando a coesão nacional e a recuperação de face chinesa. (LI, 2014, p.42).

Nesse sentido, criar uma indignação contra o Japão não é um fim em si; o Japão aparece como um meio de fortalecer e encorajar o patriotismo e o nacionalismo, tendo em vista a importância de trazer a figura da ameaça e do “outro” para tornar a política mais efetiva.

Analisando novamente os livros de história, o HSF (2010), distribuído na província de Shanghai, trata da guerra japonesa em uma perspectiva local, aprofundando o debate sobre os acontecimentos históricos da região e narrando, por exemplo, a história dos soldados chineses que lutaram durante a guerra. A estratégia utilizada na narrativa do livro é inflar tanto o sentimento de identidade nacional como o local<sup>9</sup>.

A estratégia de retratar a guerra contra o Japão é um dos elementos-chave do governo chinês de criar um sentimento de pertencimento e uma história em comum, capaz de mobilizar os estudantes de forma a entoarem as vitórias do PCC contra a humilhação (CUI, 2012; Li, 2014; JACOBS, 2014). Como mostraremos adiante, tal argumentação foi utilizada ao longo dos anos como forma de reavivar um sentimento nacionalista que se iniciou no final do século XIX e que, assim, perdura no decorrer do século XXI, com desavenças permanentemente reavivadas, e com ameaças de embates diretos tanto em função de territórios quanto em arenas diplomáticas e políticas.

#### Relações sino-japonesas: ameaça externa e relações no século XXI.....

Como mencionamos no decorrer do artigo, as relações sino-japonesas são conturbadas devido a fatores relacionados a uma história de guerras e conflitos políticos e diplomáticos. Nota-se que, após a Segunda Guerra, os dois países percorreram caminhos distintos, com alianças divergentes, mas com objetivos de reestruturação econômica e política semelhantes no sentido do fortalecimento nacional. Percebe-se, também, que as memórias das grandes guerras continuaram existindo e serviram tanto como forma de mobilizar a população para apoiar o governo como para estimular discursos de desenvolvimento. Ainda por conta das guerras, países no Leste Asiático, assim como a China, continuaram a olhar com desconfiança o Japão, que não fez um pedido formal de desculpas para países invadidos durante o quase um século de expansão japonesa (SATO, 2006).

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970, esses dois países viviam distanciados e isolados, visando à reestruturação

9. Em um trecho do livro está escrito “Em 26 de outubro de 1937, o exército chinês que guardava Zhabei [distrito] recebeu ordens de retirada e deixou para trás os 800 soldados do Primeiro Batalhão do Regimento 524 da 88ª divisão para realizar a tarefa de proteger [a cidade] ... Comandante do regimento assistente Xie Jinyuan declarou: “Antes de completar a tarefa, não faça luz de sacrifício; depois que a tarefa for completada, faça sacrifícios heróicos para proteger o país. “... O povo de Xangai deu de bom grado comida aos soldados valentes. “Os oito homens corajosos”, banhados em sangue, lutaram bravamente contra o exército japonês dia e noite, repeliram mais de dez ataques japoneses, eliminaram mais de 200 soldados japoneses e deixaram de se mudar, realizações heróicas” (HSF, 2010 apud Jacobs 2014, p.103, tradução nossa).

econômica interna. O Japão foi ocupado pelas Forças Aliadas até 1951 e posteriormente seguiu um plano de desenvolvimento econômico acelerado em algum grau sob a tutela dos EUA. A China, por sua vez, viveu períodos tumultuados marcados por revoluções, reorganizações e enormes crises políticas internas. Nesse contexto, as relações sino-japonesas só foram reestabelecidas em 1972, com intermediação norte-americana, que havia estreitado e normalizado suas relações diplomáticas com os chineses em 1969.

Apesar de alguns incidentes diplomáticos e políticos na década de 1970, as relações entre China e Japão mantiveram-se relativamente estáveis, mesmo que ainda houvesse desconfiança de ambas as partes. Todavia, após 1995, as relações entre China e Japão se deterioraram consideravelmente devido ao ganho de musculatura econômica chinesa, à competição estratégica que eles passam a assumir e aos posicionamentos contrários dos dois países no cenário internacional. Alguns eventos geopolíticos que alimentaram esse distanciamento e conflito de interesses foram: 1) as desavenças entre Taiwan e China, que trouxeram, por parte do governo japonês, receios a respeito de possíveis problemas nas rotas de importação de gás e petróleo do Oriente Médio para o Japão; 2) o reavivamento da disputa pelas Ilhas Senkaku/Diaoyu, o que, além de reviver conflitos históricos e memórias de dominação e derrota, influencia a delimitação territorial marítima dos países e, conseqüentemente, a exploração de recursos na região; 3) as visitas constantes de primeiros ministros japoneses ao Yasukuni Shrine para saudar os criminosos de guerra japoneses enterrados no local, ação considerada uma injúria pelo governo chinês, tendo em vista a participação de alguns soldados em massacres durante as guerras sino-japonesas; 4) os constantes protestos da China contra as tentativas japonesas de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; 5) As políticas da China com a Coreia do Norte e o posicionamento do Japão contra os testes de mísseis norte coreanos em mares próximos ao arquipélago nipônico.

Dos fatores apontados, o Santuário de Yasukuni é fundamental para compreender a contínua aversão por parte da China e a centralidade do patriotismo na relação bilateral. Historicamente, o santuário foi criado em 1869 com o objetivo de honrar a memória de japoneses que lutaram e morreram pela causa do império. Todavia, dentre os soldados homenageados, há criminosos de guerra; dessa forma, as visitas de alguns primeiros-ministros japoneses ao local, desde Nakasone (1982-1987) até Shinzo Abe (2012-atual), são criticadas tanto pela China como pela Coreia do Sul. O principal incidente ocasionado por essas visitas aconteceu durante o governo do primeiro-ministro Koizumi Junichiro (2001-2007), que, durante todo o seu mandato, visitou anualmente o santuário, causando mal-estar entre as relações dos países (SATO, 2006).

Essa visita ao santuário foi noticiada pela mídia chinesa e questionada pelos Ministros de Relações Exteriores durante vários anos, como por exemplo, o ministro de relações exteriores da China, Wang Yi (2013), que condenou a visita de Shinzo Abe, em 2013, ao santuário, afirmando que os “líderes japoneses não estão tentando amenizar e apagar memórias históricas, mas sim criam mais mal-estar entre os países. A essência

dos líderes japoneses é uma forma de glorificar o passado agressivo, imperialista e militarista do Japão”. No mesmo sentido, em 2016, a ministra de relações exteriores Hua Chunying (2016) mencionou a consagração dos criminosos e que “a China espera a reflexão do Japão sobre as invasões do passado que marcam o militarismo de suas ações”. A falta de um pedido de desculpas oficial do Japão para a China pelos crimes e massacres cometidos ainda é considerada um grande empecilho para o estreitamento de laços políticos e diplomáticos entre os países.

Em 1998, o primeiro-ministro japonês em exercício, Obuchi Keizo (1998-2000), preparou uma desculpa formal para o presidente da Coreia do Sul, Kim Dae-Jung (1998-2003). Todavia, no mesmo ano, na visita de Jiang Zemin ao Japão, a mesma não aconteceu, e isso foi encarado de maneira negativa pelo governo chinês. De acordo com Burkman (2014, p.85), “o episódio abalou negativamente as relações sino-japonesas (...) enquanto o lado chinês estava irritado devido à falta de consideração de contrição do Japão, os japoneses tinham o prospecto de que a China jamais perdoaria a guerra”.

Além disso, em março de 2005, a mídia chinesa reportou que os livros japoneses de educação tratavam com inverdades ou ocultavam fatos históricos do Massacre de Nanquim, inflando o debate nacional com protestos e mobilizações por parte dos cidadãos chineses. Aparentemente, tais mobilizações não foram fomentadas pelo governo chinês, mas surgiram espontaneamente de segmentos da população, que realizou protestos em larga escala com o slogan: “mentiras em canetas nunca podem ser ocultadas por fatos em sangue”.

De acordo com Lee (2011), a opinião pública chinesa é um fator emergente que influencia a política externa. Diante da reivindicação japonesa para entrar no Conselho de Segurança da ONU, violentos protestos anti-Japão ocorreram em doze cidades entre 2 a 17 de abril de 2005, incluindo Beijing, Shanghai e Shenyang. Foram destruídos veículos de marcas japonesas como Honda e Nissan, restaurantes japoneses foram vandalizados e protestos ocorreram diante do Consulado do Japão (SHIRK, 2007; LEE, 2011; CUI, 2012).

Também no século XXI, as relações tornaram-se conturbadas devido a disputas territoriais marítimas no Mar do Leste da China, que não só trouxeram desconfiança entre os países, como também auxiliaram na promoção de políticas de defesa no Japão e da China (OLIVEIRA, 2015). Um exemplo que ilustra tal questão consiste em um episódio no qual um navio pesqueiro chinês foi preso nas proximidades das Ilhas Senkaku/Diaoyusen-do considerado uma enorme injúria por parte do governo da China.

A problemática de territórios nos mares do Leste e do Sul da China aparece de maneira veemente desde os Livros de Defesa de 2002, nos quais é afirmada a existência de potências desestabilizadoras nas regiões, fazendo menção ao Japão. No Livro de Estratégia Militar da China, publicado em 2015, por exemplo, é afirmado que “o Japão tem buscado mudar os mecanismos políticos criados no pós-guerra”, o que causou “graves preocupações com outros países da região”. Logo em seguida, ainda é afirmado que alguns vizinhos têm interesses na região e fizeram ações provocativas. Tais evidências são usadas como justificativa para o reforço

da presença militar chinesa em recifes e ilhas no seu entorno regional (USNI, 2015).

O Japão é retratado como uma ameaça e um perturbador da ordem pacífica almejada pela China. No discurso de Xi Jinping, na comemoração de 70 anos da vitória na Segunda Guerra Sino-Japonesa, o presidente chinês aponta que a vitória teria sido o primeiro passo para acabar com as sucessivas derrotas sofridas no século de humilhação chinês. Dois aspectos que buscamos apresentar neste trabalho aparecem no discurso de Xi Jinping: 1) a lembrança de um passado de humilhação causado por uma ameaça externa; e 2) a busca por uma união nacional para evitá-lo.

A Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e a Guerra Mundial Anti-Fascista constituíram em uma batalha decisiva entre a justiça e o mal, entre a luz e a escuridão, e entre o progresso e a reação. Naquela guerra devastadora, a Guerra da Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa começou antes e foi mais duradoura. Ao desafiar a agressão, o povo chinês inflexível lutou galantemente e finalmente conquistou a vitória total contra os agressores militaristas japoneses, preservando assim a civilização chinesa de 5.000 anos e defendendo a causa da paz da humanidade. Este notável feito realizado pela nação chinesa foi um evento raro nas histórias da guerra. (...) Devemos seguir o caminho do socialismo com características chinesas, prosseguir a estratégia abrangente em quatro pontas, promover o patriotismo e o grande espírito de resistência à agressão e avançar para alcançar nossos objetivos (XI, 2015, tradução nossa<sup>10</sup>).

O crescimento da aversão entre os dois países está tendo impacto na percepção popular. Um estudo desenvolvido pelo The Genron NPO e pelo China Daily (2014) desde 2005 buscou mensurar como os japoneses e os chineses enxergam uns aos outros. Em 2005, 37% dos japoneses entrevistados tinham impressão negativa ou não favorável sobre a China, enquanto que, em 2014, o número saltou: 93% dos japoneses entrevistados tinham uma impressão relativamente negativa ou não favorável sobre a China. No caso da China, em 2005, 62% dos chineses tinham uma impressão negativa sobre o Japão, ao passo que, em 2014, esse número passou a ser 86%. No caso da China, a maior parte dos entrevistados identificava como causas da imagem negativa as disputas em torno das ilhas Diaoyu, a falta de um pedido formal de desculpas pelos crimes na Segunda Guerra, e um suposto cerceamento japonês do ponto de vista militar e ideológico (GENRON NPO, 2014). Da perspectiva japonesa, a disputa pelas ilhas Senkaku, às críticas constantes do governo chinês com relação aos dados históricos japoneses, as ações incompatíveis do discurso chinês com a governança pacífica no cenário internacional e a busca por segurança energética e alimentar chinesas são os pontos discórdia entre os países. Um ponto interessante que vale ressaltar é que ambos os grupos (chineses e japoneses), de algum modo, compreendem que o nacionalismo é um dos fatores que corrobora para a imagem negativa e as desavenças entre os países.

É importante observar que os fatos históricos aparecem como grandes pilares de influência para essa opinião negativa sobre os dois países. Com mais de 70 anos desde o fim da última grande guerra e mais de 40 anos desde o reestabelecimento das relações diplomáticas entre China e Japão, há claramente uma desconfiança entre os países. Tal tensão é cons-

10. No original "The Chinese People's War of Resistance Against Japanese Aggression and the World Anti-Fascist War were a decisive battle between justice and evil, between light and darkness, and between progress and reaction. In that devastating war, the Chinese People's War of Resistance Against Japanese Aggression started the earliest and lasted the longest. In defiance of aggression, the unyielding Chinese people fought gallantly and finally won total victory against the Japanese militarist aggressors, thus preserving China's 5,000-year-old civilization and upholding the cause of peace of mankind. This remarkable feat made by the Chinese nation was rare in the history of war. (...) We should follow the path of socialism with Chinese characteristics, pursue the four-pronged comprehensive strategy, promote patriotism and the great spirit of resisting aggression and forge ahead as one to reach our goals".

tantemente lembrada pelo governo chinês como forma de evocar sentimentos nacionalistas, tanto através da exposição dos crimes de guerra cometidos por soldados japoneses durante as guerras, como por discursos que condenam atos realizados por líderes japoneses.

### Conclusão

A identidade chinesa foi formada não só por valores culturais internos, mas também por um processo histórico no qual as ameaças externas tiveram um papel fundamental para o fortalecimento da união nacional e a recuperação da face chinesa. Dessa maneira, o nacionalismo na China surgiu e foi fomentado tanto pelo exógeno como pelo endógeno, e, através desses processos, tanto a política interna como a externa têm importância central na sua compreensão.

O ensino obrigatório de valores culturais nacionais e o modo como são tratadas as conquistas da China, sobretudo quando liderada pelo PCC, através de políticas de educação patrióticas implementadas, principalmente, no governo Deng XiaoPing, fizeram parte da estratégia para legitimação do governo e de fortalecimento da união nacional. Nesse sentido, o “século de humilhação” vivenciado pela China é um dos alicerces dessa política, sendo lembrado constantemente em livros, discursos de entidades do governo, museus e sítios históricos.

É durante o século de humilhação que o Império do Meio perde seu poder no sistema diante das pressões e conquistas de potências estrangeiras. O governo se utiliza da humilhação e derrotas sofridas durante o período como forma de fomentar o nacionalismo e impulsionar a recuperação do poder milenar da China na arquitetura do sistema internacional.

Diante de tal necessidade, o fator externo passa a influenciar a construção da identidade nacional chinesa, pois os inimigos a serem combatidos são aqueles que vêm de fora. O Japão, considerado como uma ameaça para a China, é retratado em livros de educação no século XXI e lembrado em discursos como uma antiga potência imperialista. Além disso, o reavivamento dos conflitos sino-japoneses no século XXI impulsiona e solidifica uma imagem negativa do Japão e afeta a opinião pública chinesa. Como o arquipélago nipônico é um dos responsáveis pelo século de humilhação, essa retratação negativa do Japão é utilizada pelo governo chinês para colocar o país como o “outro” no sistema, o inimigo, principalmente quando olhamos para as críticas de governantes chineses sobre as visitas de líderes japoneses no santuário de Yasukuni.

A China tem conquistado protagonismo no cenário internacional, onde, cada vez mais, recupera de alguma maneira seu status quo e sua centralidade da era imperial. Dessa forma, a recuperação da face chinesa, a difusão de valores patrióticos e a construção de uma coesão nacional são parte da estratégia de desenvolvimento chinesa. Por esse motivo, a história de “humilhação” e os valores culturais chineses são absolutamente fundamentais para compreendermos não só a constituição da identidade nacional da China no século XXI, mas também as políticas de desenvolvimento que visam o fortalecimento nacional e as ações da política externa chinesa no cenário internacional. Em resumo, o nacionalismo é um

amalgama fundamental no processo de desenvolvimento acelerado da China, o único caminho, segundo o PCC, que poderá devolver ao chinês “o orgulho de ser chinês”.

### Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1985.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica. 1983.
- BURKMAN, T. Can Nations Forgive? Japan, Korea, and China Remember the Past and Face the Future. **Review of Asian and Pacific Studies**, (39), 2014, pp.67-88.
- CALLAHAN, W. National Insecurities: Humiliation, Salvation, and Chinese Nationalism. **Alternatives: Global, Local, Political**, 29(2), 2004, pp. 199–218;
- CER. **China Education Reform**. 2010. Disponível em: [https://internationaleducation.gov.au/News/newsarchive/2010/Documents/China\\_Education\\_Reform\\_pdf.pdf](https://internationaleducation.gov.au/News/newsarchive/2010/Documents/China_Education_Reform_pdf.pdf). Acesso em: 22.mai.2016.
- CHINA STATISTICAL YEARBOOK. **Education in China**. 2014. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2014/indexeh.htm> . Acesso em: 15.aug.2015.
- CUI, S.. Problems of Nationalism and Historical Memory in China’s Relations with Japan. **Journal of Historical Sociology**, 25(2), 2012, pp.199-222.
- DENG, X. Planning and the market are both means of developing the productive forces. In: X. Deng, **Selected Work of Deng Xiaoping**, 1982-1992 (Vol 3). 1987a. Disponível em: <https://archive.org/stream/SelectedWorksOfDengXiaopingVol.3/Deng03#page/n9/mode/2up> Acesso em: 15.mai.2016.
- \_\_\_\_\_. We Shall draw on historical experience and guard against wrong tendencies. 1987b, pp.150-151. In: X. Deng. **Selected Work of Deng Xiaoping**, 1982-1992 (Vol 3). Disponível em: <https://archive.org/stream/SelectedWorksOfDengXiaopingVol.3/Deng03#page/n9/mode/2up> . Acesso em: 15.mai.2016.
- GAO, Q. et al. Three Worlds of the Chinese Welfare State: Do Health and Education Change the Picture? **IARIW 33rd General Conference**. Rotterdam. 2014, pp.24-30.
- GARY, R. **Angry Youth: Patriotic Education and the new Chinese nationalism**. Honors Program Theses. Tacoma: University of Puget Sounds. 2012.
- GELLNER, E. ¿Que es una nación? In E. Gellner. **Naciones y Nacionalismo**. Madrid: Alianza Editorial. 1994.
- \_\_\_\_\_. **O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp.107-154.
- HALL, S. **Identidade Cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- HE, Y. History, Chinese Nationalism and the Emerging Sino – Japanese Conflict. **Journal of Contemporary China**. 16(50), 2007, pp.1–24.
- HEBERER, T.; Schubert, G. (Eds.). **Regime legitimacy in contemporary China Institutional change and stability**. London: Routledge. 2009.
- HERZ, J. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. **World Politics**. 2(2). 1950, pp.157-180.
- HOBSBAWM, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade Rio de Janeiro**. Editora Paz e Terra. 1990.
- HU, J. **Speech by Chinese President Hu Jintao at Waseda University**. 2008. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/zyjh\\_665391/t464200.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t464200.shtml) . Acesso em: 16.mai.2016.
- HUA, C. Foreign Ministry Spokesperson Hua Chunying’s Regular Press Conference on April 21, 2016 Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/xwfw\\_665399/s2510\\_665401/t1357438.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/t1357438.shtml) . Acesso: 10.jun.2016.
- JACOBS, B. **When the River of History Disappears: The Past in China’s Patriotic Education Campaign**. Tese de doutorado. Connecticut: Wesleyan University. 2014.
- JIANG, Z. Chinese nationalism and it’s foreign policy implications. In D. Lovell. **Asia-Pacific Security: Policy Challenges**. Singapura: Asia Pacific Press. 2003, pp.108-125.

- LEE, M. **The Problem with History: China's Collective Memory in Sino-Japanese Relations**. Monografia. Connecticut: Faculty of Wesleyan. 2011.
- LI, B. **Chinese Narratives of "National Humiliation" and Japan's Role in the Construction of China's National Identity, 1915 to the early 2000s**. Tese de Mestrado. Wellington: Victoria University of Wellington. 2014.
- MEISSNER, W. China's Search for Cultural and National Identity from the Nineteenth Century to the Present. **Chinas's Perspective**. (68), 2006, pp. 41-54.
- MORENO, Jean Carlos. Revisitando o Conceito de Identidade Nacional. In: Rodrigues, Luca e Guimarães. **Identidades Brasileiras: composições e recomposições**. São Paulo: Editora UNESP. 2014, pp. 7-29.
- NOGUEIRA, Isabela. Desigualdades e Políticas Públicas na China: Investimentos, Salários e Riqueza na Era da Sociedade Harmoniosa. In: Cintra et al. **China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento**. Brasília: IPEA. 2015, pp.237-273.
- NPC. **Compulsory Education Law of the People's Republic of China**. 2006. Disponível em: [http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/12/content\\_1383936.htm](http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/12/content_1383936.htm) . Acesso em: 23.abr.2016.
- OLIVEIRA, Alana. A geopolítica da energia e do desenvolvimento no Leste Asiático: as Ilhas Senkaku/Diaoyu e as tensões sino-japonesas. **Ponto de Vista**, (1), 2015, pp.1-20.
- RENAN, E. O que é uma nação. In: **Conferência realizada na Sorbonne**, em 11 de março de 1882. Sourbonne, 1882.
- SANDER, Anne; SCHMITT, Christopher; KUHNLE, Stein. Towards a Chinese Welfare State? Tagging the Concept of Social Security in China. **The Perspective of the World Review**, 4(2), 2012, pp. 9-35.
- SATOH, H. **Japan and China: reaching reconciliation or stuck in the past?** Chatham House (The Royal Institute of International Affairs) 2006. Disponível em: <http://www.comw.org/cmp/fulltext/0610satoh.pdf> . Acesso em: 10.fev.2016.
- SHIRK, S. L. Changing Media, Changing Foreign Policy in China. **Japanese Journal of Political Science**, 8(01), 2007, pp.43-70.
- USNI. China's Military Strategy. 2015. Disponível em: <https://news.usni.org/2015/05/26/document-chinas-military-strategy> . Acesso em: 15.ago.2016.
- WANG, Yui. The Japanese Leaders Should Respect The Red Line of Human Conscience and International Justice. **Interview with Al Jazeera**. 2013. Disponível em: [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/zjyh\\_665391/t1116500.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zjyh_665391/t1116500.shtml) . Acesso em: 18.jun.2016.
- WANG, Z. Perception Gaps, Identity Clashes. In: T. Arai; S. Goto; Z. Wang. **Clash of National Identities: China, Japan, and the East China Sea Territorial Dispute**. George Madison University. 2012, pp.9-18.
- WU, Z. **The effects of patriotic education on Chinese youths' perceptions of Japan**. Dissertação de Mestrado. Hong Kong: Lingnan University. 2012.
- XI, Jinping. Address at the Commemoration of The 70th Anniversary of The Victory of the Chinese People's War of Resistance Against Japanese Aggression and The World Anti-Fascist War. 2015. Disponível em: [http://news.xinhuanet.com/english/2015-09/03/c\\_134583870.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2015-09/03/c_134583870.htm) Acesso em: 15.mai.2016.
- YUAN, W. Modernization and History Textbooks. **Freezing Point**. 574(11). 2006. Disponível em: [http://www.zonaeuropa.com/20060126\\_1.htm](http://www.zonaeuropa.com/20060126_1.htm) . Acesso em 22.mai.2016.
- ZHAO, S. A State-Led Nationalism: The Patriotic Education Campaign in Post-Tiananmen. China. **Communist and Post-Communist Studies**, 31(3), 1998, pp.287-302.
- \_\_\_\_\_. 2008. Chinese Pragmatic Nationalism and Its Foreign Policy Implications. In: **Annual Meeting of the American Political Science Association**. University of Denver. Disponível em: <http://sites01.lsu.edu/faculty/voegelin/wp-content/uploads/sites/80/2015/09/Suisheng-Zhao.pdf> . Acesso em: 15.jun.2016